

Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais

Nicolas Floriani

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Email: nicolas@uepg.br

Francisco Ther Ríos

Universidad de los Lagos. Email: fther@ulagos.cl

Dimas Floriani

Universidade Federal do Paraná. Email: floriani@ufpr.br

Resumo: Parte-se da ideia de que as territorialidades contra-hegemônicas no mundo rural são resultantes de um duplo processo de aprendizagem e/ou adaptação: um interno ao próprio território, resultante da coevolução entre ecossistemas e comunidades, e outro externo e entre territórios –o que envolve os processos de territorialização do capital sobre territórios tradicionais. Estas dinâmicas adaptativas dos territórios tradicionais e alternativos são expressas em hibridismos de práticas e representações sociais modernas e tradicionais acerca dos atributos reprodutivos da natureza: a fertilidade da natureza nos territórios tradicionais subsume a reprodutibilidade do complexo socioambiental, ao passo que o imaginário de natureza na cultura científica moderna subsume a produtividade objetivada dos ecossistemas. Em outros termos, trata-se de interpretar narrativas e políticas de natureza. De fato, o entendimento da complexidade da reprodução socioterritorial da agricultura e pesca tradicionais e alternativas (como aquelas da agricultura familiar de base ecológica) subsume, portanto, a indissociabilidade dos aspectos objetivos e subjetivos acerca da reprodutibilidade de sistema produtivo *lato sensu*, ou seja, dos condicionantes geoecológicos locais, dos valores e simbolismos tradicionais, que são sintetizados nas estratégias de adaptação e resiliência das comunidades rurais frente aos projetos de (re)territorialização do Capital sobre aqueles territórios contra-hegemônicos.

Palavras-chave: narrativas e políticas de natureza, complexidade paisagístico-territorial, imaginários de fertilidade, territorialidades contra-hegemônicas, interdisciplinaridade.

Territorialidades alternativas e hibridismos en el mundo rural: resiliencia y reproducción de la sociobiodiversidad en comunidades tradicionales de Brasil y Chile meridionales

Resumen: Se parte de la idea de que las territorialidades contra-hegemónicas en el mundo rural son resultantes de un doble proceso de aprendizaje y/o adaptación: uno interno al próprio territorio, resultante de la coevolución entre ecosistemas y comunidad, y otro externo y entre territorios –lo que involucra los procesos de territorialización del capital sobre territorios tradicionales. Estas dinámicas adaptativas de los territorios tradicionales y alternativos son expresadas en hibridismos de prácticas y representaciones sociales, modernas y tradicionales, acerca de los atributos reproductivos de la naturaleza: la fertilidad de la naturaleza en los territorios tradicionales subsume la reproductibilidad del complejo socioambiental, mientras que el imaginario de naturaleza en la cultura científica moderna subsume la productividad objetivada de los ecosistemas. En otros términos, se trata de interpretar narrativas y políticas de naturaleza. En efecto, el entendimiento de la complejidad de la reproducción socioterritorial de la agricultura y pesca tradicionales, y alternativas (como aquellas de la agricultura familiar de base ecológica), subsume, por tanto, la indisociabilidad entre los aspectos objetivos y subjetivos de la reproductibilidad del sistema productivo *lato sensu*, o sea, de los condicionantes geoecológicos locales, de los valores y simbolismos tradicionales, que son sintetizados en las estrategias de adaptación y resiliencia de las comunidades rurales frente a los proyectos de (re)territorialización del Capital sobre aquellos territorios contra-hegemónicos.

Palabras clave: narrativas y políticas de Naturaleza; complejidad paisajístico-territorial, imaginarios de fertilidad, territorialidades contra-hegemónicas, interdisciplinarietà.

Alternative territorialities and hybridisms in rural world: Resilience and Reproduction of sociobiodiversity in the traditional communities of meridional Brasil and Chile

Abstract: Starting from the idea that counter-hegemonic territorialities in rural areas are the result of a dual process of learning and/or adaptation: one internal to the own territory resulting from the coevolution between ecosystems and community, and the other external between territories -which involves the processes of territorialization of capital over traditional territories. These adaptive dynamics of traditional and alternative territories are expressed in hybridisms of practices and social representations, modern and traditional, about reproductive attributes of nature: nature's fertility in the traditional territories subsumes the complex socio-environmental reproductibility, while the imaginary of nature in modern scientific culture subsumes objectified productivity of ecosystems. In other words, it is about interpreting narratives and politics of nature. Indeed, understanding the complexity of socioterritorial reproduction of agriculture and traditional fishing, and alternatives (such as those of family farming with ecological bases), subsumes, therefore, the inseparability between the objective and subjective aspects of reproductibility of the productive system *lato sensu*, this is, of local geo-ecological conditions, traditional values and symbols, which are synthesized in adaptation strategies and resilience of rural communities against the project of (re)territorialization of capital over those counter-hegemonic territories.

Key words: narratives and politics on nature; landscape-territorial complexity, fertility imaginaries, counterhegemonic territorialities, interdisciplinarity.

* * *

Introdução

Se por outro lado a crise é um elemento central das sociedades modernas, configuradas como sociedades de classe e conduzidas pelos processos de produção para o mercado; por outro, emergem da crise do projeto modernizador da sociedade as alternativas que questionam o modelo hegemônico de entendimento das práticas sociais de natureza.

Com o acirramento dos problemas socioambientais resultantes da crise da modernidade, os entendimentos de vida e de mundo são modificados, reforçados ou substituídos, e a percepção coletiva dos fenômenos tempo e espaço são ressignificados a partir da exigência de uma nova representação de sociedade e de natureza.

Para expandir o entendimento sobre esse mundo que se constitui e se destitui de sentidos, sistemas de práticas e sistemas cognitivos reassumem também novas configurações no seio dos conflitos entre os processos de apropriação material e de sua mercantilização (sistema hegemônico) traduzidos pelos diversos processos de reconhecimento hermenêutico dessa realidade. São evidenciadas disputas simbólicas, cognitivas, tecnológicas impulsionadas por uma nova ordem política: a Política de Natureza (Floriani et al, 2010).

Essa nova ordem política exige o reconhecimento da existência de outras narrativas de natureza e a abertura ao diálogo com outros saberes. Para tanto, deve fundamentar-se em um método alternativo que coloque em pé de igualdade os discursos (científico e dos saberes locais) acerca das múltiplas escalas e dimensões: dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e o tempo biológico); dimensões que contextualizam a configuração das diversidades socioterritoriais do Mundo Rural.

Ademais, outro aspecto relevante dessa abordagem alternativa, que admite a coexistência de múltiplas narrativas, seria refundar o pensamento científico com base em uma “mentalidade aberta à subjetividade praticada”, moldando, conforme as palavras de Doreen Massey “nossas cosmologias estruturantes, modulando nossos entendimentos do mundo, atitudes e relacionamentos com os outros” (Massey, 2008, p. 15).

Trata-se, pois, de uma interpretação do espaço-tempo segundo um dado referencial sociocultural - hegemônico ou não, seja ele científico, de um grupo dominante, do senso comum. Reflete, portanto, um dos focos das

ciências sociais contemporâneas que é dar voz e vez aos múltiplos discursos acerca de lugar e identidade, revelando os ignorados sentidos de lugar e visões de paisagem vividas destituídos pelos poderosos (McDOWELL, 1996).

Em outras palavras, trata-se de refundar as bases epistemológicas da ciência hegemônica, reestruturando-as a partir da prática inter e transdisciplinar. Com isso, mostram-se necessariamente presentes em um mesmo *locus* reflexivo as diversas maneiras de interpretação da realidade socioambiental em sua diversidade de ângulos e dimensões (espaciais e temporais) e múltiplas variáveis (sociais, ecológicas, econômicas, culturais) em jogo na configuração de saberes e práticas locais de natureza.

Novos atores sociais do campo começam a apresentar e consolidar propostas alternativas para garantir a reprodução do modo de vida rural de comunidades tradicionais: pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros, quebradeiras de coco, etc. Em comum, essas comunidades reproduzem práticas produtivas agrossilvipastoris específicas e práticas simbólicas vinculadas ao modo de vida rural, conectadas relativamente ao espaço urbano, configurando patrimônios paisagístico-territoriais *sui generis*, isto é suas identidades socioterritoriais.

Com base no exposto, o presente trabalho insere-se em questões relativas à reprodução e adaptação do modo de vida das comunidades rurais frente aos processos modernizantes hegemônicos pautados pela racionalização do espaço e do tempo sociais e ecológicos. A reafirmação de sua identidade está aderida à condição de indissociabilidade ao seu território que registra em sua paisagem as ações da coletividade no passado e no presente, o que lhes permite referenciar seus valores, práticas e visões de natureza junto aos demais atores sociais do espaço rural. O complexo território-paisagem comporta, nesses termos, o projeto de vida de dado grupo social, evidenciando as formas de apropriação social da natureza, configurando o o patrimônio cognitivo da diversidade socioecológica.

A partir da prática investigativa inter e transdisciplinar são agenciados conceitos e métodos múltiplos (advindos da geografia, antropologia, sociologia, ecologia) acerca da diversidade de práticas e saberes que cada grupo humano constrói em seu território: trata-se de incorporar no seio das metodologias as variáveis socioambientais (os sistemas de práticas econômicas, as representações de natureza, as regras coletivas de uso e distribuição dos bens e as características geoecológicas locais) envolvidas nas formas de apropriação do território, permitindo assim que tais metodologias sejam virtualmente capazes de apreender a multicausalidade e o potencial sinérgico do conjunto de processos de ordem física, biológica, tecnológica e social que integram o tecido complexo que configuram a identidade Socioterritorial de uma comunidade rural.

Nesses termos, busca-se lançar um olhar interiorizado sobre as práticas materiais e ideais das populações rurais, cotidianamente

ressignificadas frente aos processos modernizantes, aparecendo como fundamental compreender as formas de apropriação de natureza de um dado grupo social. Trata-se, portanto, da adoção de uma abordagem complexa dos processos socioterritoriais.

A abordagem espacial das praticas sociais: o local e o global, o territorio vivido e o normado

Questionando-se a respeito de qual deveria ser o objeto de estudo da geografia - se o espaço, a paisagem, a região etc, Milton Santos (2006) sugere que a geografia não deve voltar-se unicamente sobre um sistema de objetos, mas sim sobre um sistema de ações que produzem e agem sobre aqueles:

(...) de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes (...) que respondem a condições sociais e técnicas presentes em um dado momento histórico e, cuja reprodução, obedece a condições sociais (Santos, 2006, p.63 e p.68).

Dessa formulação, o geógrafo elabora a definição de espaço como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, posto que

(...) são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido; [contudo] hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta de sua realidade histórica. Nesse sentido, o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (Santos, 2006, p.86).

No centro das teorias sociais (sociológicas e geográficas), portanto, estão presentes os conceitos weberianos de ação e objeto. As ações sociais são entendidas como um processo de transformação de objetos, com sentido e direção mais ou menos definidos: um processo de transformação no qual determinados objetos são transformados em outros que foram idealmente representados no início da prática e desejados como fins ou objetivos, isto é, um projeto representado idealmente pelo(s) agente(s). Esse processo de transformação ocorreria dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando o conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto (Leff, 2000; Pinto e Arrazola, 2005).

Não obstante, com o aprofundamento da crise do projeto

modernizador das sociedades, as próprias teorias sociais começam a ser questionadas, pois com a crise emergem novos atores sociais com práticas descontextualizadas do sistema e que não fazem nexo ao modelo de entendimento da organização social.

Assim, a emergência do novo acaba por contradizer os paradigmas fundantes destas teorias. A contradição parte da idéia de que para uma ação ser classificada como social, no sentido weberiano, o significado da ação conferido pelo indivíduo deve necessariamente ser buscado no sistema social. Os novos atores, entretanto, por não demonstrarem interesse de se integrar, obrigatoriamente não buscam os sentidos para suas ações no sistema social. Nesse sentido, suas ações até podem ser consideradas como não sociais (Floriani et al, 2010).

Disso decorre, segundo os autores citados, outro entendimento da organização e da desorganização do sistema

(...) ao darmos sentido a uma determinada maneira de os seres humanos fazerem história, em que a mesma resulta de um desejo de fazer e que esse desejo apresenta limites subjetivos (a maneira de como representamos a realidade) e objetivos (as condições materiais e ideais de como realizar uma certa história), resultando em (...) narrativas sobre esses processos de construção social e da relação que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, bem como das racionalidades fundadoras e decorrentes desse processo contraditório (Floriani et al, 2010a, p.90).

No mesmo sentido, Milton Santos (2006, p. 55) destaca que desse jogo dialético entre o material e imaterial resulta a produção do imaginário e da percepção do espaço e do tempo, traduzidas como invasões recíprocas entre o operacional e o percebido:

Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção (...), para a residência, para lazer, como condição de 'viver bem', para o exercício da política (...); como meio operacional presta-se à avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva (...) (Santos, 2006, p.55).

Ora, a contradição inerente à maneira como o ser humano se relaciona com o outro e com a natureza - posto que as intenções humanas são constituídas tanto de elementos racionais como não-racionais - decorre em disputas entre campos do saber pela legitimação de sentidos sobre o que se entende de natureza e sociedade; a este processo Floriani et al (2010a) chamam de políticas da natureza, compreendido como o entendimento teórico e prático que emergem desses mecanismos de apropriação e produção material e simbólica do mundo.

Em outro nível de análise, na escala dos territórios, um jogo de

oposições é evidenciado quando uma racionalidade é imposta sobre as outras formas de ações e saberes pelo uso e apropriação de natureza. Tal jogo conflitivo reflete, conforme Milton Santos (2009), as formas como o modelo hegemônico de produção e consumo do espaço é planejado para ser, em sua ação individual, forçosamente indiferente ao seu entorno.

Tal modelo ancora-se na visão hegemônica, não somente nas teorias de sociedade, mas também nas ciências da natureza, refletindo o processo político de construção social de espaço e tempo. Esses modelos, apropriando-se das palavras de Doreen Massey (2008, p. 94), fundamentam-se na forma de “*conceber o espaço como estático, através do tempo, como representação, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo*”.

Ora, até o presente momento assistimos à perturbadora hegemonia de um tipo de cultura científica assente sobre velhos paradigmas de análise da realidade social. Conforme, Boaventura de Sousa Santos (1988)

(...) todos os conceitos com que representamos a realidade (a sociedade, o estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais, etc...) têm uma contextura espacial física e simbólica, que nos tem escapado pelo fato de nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ele, mas que, vemos agora, é a chave para a compreensão das relações sociais de que se tece cada um desses conceitos. Sendo assim, o modo como imaginamos o real espacial pode vir a tornar-se a matriz das referências com que imaginamos todos os demais aspectos da realidade (141).

Não obstante, o território, de algum modo, se opõe à plenitude dessa hegemonia: além das racionalidades típicas que atravessam o território, o espaço vivido admite a presença de outras racionalidades (ou contraracionalidades e irracionalidades), em cujo âmago são priorizadas formas de convivência e regulação criadas a partir do próprio território a despeito da vontade de unificação e homogeneização que caracterizam a racionalização econômico-instrumental do espaço (Santos, 2009).

Ao colocarmos os dispositivos da ação-cognição humana nessas bases, abrimos a possibilidade de não nos aprisionarmos de antemão na rigidez de um esquema mental que tende a impedir a ocorrência de emergências, de incertezas e de ambigüidades, pela ação humana, no interior dos processos sociais, ou seja, inibindo a própria criatividade desafiadora. Assim, operamos com um sistema de racionalidade aberto (Floriani, 2010a).

Conforme Doreen Massey, a instauração de uma imaginação espacial alternativa permitiria pensar o espaço abertamente, como multiplicidades discretas, onde os elementos estão impregnados de temporalidades, isto é, como multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e vozes, cuja interpretação requer “*uma mentalidade aberta à subjetividade*

espacializada” (Massey, 2008, p. 93).

Trata-se, portanto, de defender um modo de ser e pensar diferentes, a partir de uma imaginação e de uma atitude capazes de propiciar o desenvolvimento potencial de uma mentalidade aberta à subjetividade praticada, isto é, à vivência do espaço enquanto experiência de multiplicidades de coisas e de relações (idem, 2009).

Dito de outra maneira, a vivência do espaço deve ocupar uma das posições de destaque no estudo da relação sociedade-natureza, a partir de um novo paradigma para pensar a sociedade-espaço: o paradigma da cultura, que nega os antigos modelos, porque nenhum deles consegue dar conta dos sujeitos emergentes, cujas ações estão centradas nem na política nem na sociedade, mas na cultura.

Conforme Floriani et al (2010), nos velhos paradigmas, em prol da libertação dos dominados, aprendeu-se a se admitir que os mesmos não teriam condições de se emanciparem, em função de estes velhos paradigmas terem enxergado a realidade social como expressão maximizada da dominação e da negação de espaços à auto-realização dos indivíduos. Isto significa que no centro do novo paradigma estão o sujeito e os direitos culturais.

Com a nova compreensão de que as culturas são produzidas e reproduzidas por meio de práticas sociais, a partir dos anos de 1970, ocorre uma guinada da geografia em direção às ciências sociais e às humanidades. A essa formulação os geógrafos acrescentariam a variável espacial: “como as culturas são produzidas e reproduzidas por meio das práticas sociais que ocorrem em uma variedade de escalas espaciais”? (McDowell, 1996, p.164).

Destarte, a cultura, interpretada pelo viés do espaço geográfico, não pode ser separada da idéia de território e paisagem. Ora, é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço e identidade de um grupo social (Bonnemaison, 2002).

Segundo Linda McDowell (1996), contrariamente aos antigos geógrafos materialistas culturais,

os novos analistas de paisagem, reconheceram que as paisagens materiais não são neutras, mas refletem as relações de poder e as ‘dominantes maneiras de ver’ o mundo (...); [assim], paisagem não é entendida apenas como o resultado material das interações entre ambiente e sociedade, mas também como conseqüência de uma maneira específica de olhar (McDowell, 1996, p. 175).

Nessa nova abordagem, a paisagem é concebida como uma imagem cultural, a partir da qual os geógrafos passariam a desenvolver maneiras de ler as paisagens como se fossem textos (como é o caso de Denis Cosgrove

e Augustin Berque), a partir dos quais é possível analisar os recursos a respeito de um assunto elaborado e expressado dentro de um sistema de pensamento ou conjunto de conhecimentos codificados por um dado grupo social (McDowell, 1996).

Fazendo alusão aos trabalhos de Armand Frémont acerca do conceito de região enquanto espaço vivido, assim como em trabalhos de Michel Benoit sobre uma ‘verdadeira’ etnogeografia com base no conceito lablachiano de gêneros de vida, bem como de Gilles Sautter com sua metodologia de caracterização dos *terroirs* africanos, Bonnemaïson ressubjetiva a idéia de paisagem, evocando as palavras de Sautter

entre os homens e suas paisagens existe efetivamente uma convivência secreta, da qual o ‘discurso racional’ científico, dissecador e classificador’ não pode dar conta. A paisagem é ao mesmo tempo, o seu prolongamento e o seu reflexo (Bonnemaïson, 1981, p. 91).

Os Geógrafos culturais fazem alusão às etnometodologias, tais como a fenomenologia, semiótica, hermenêutica. Para Maciel (2002), a hermenêutica aparece como a interpretação de um trabalho discursivo de ordenamento da imagem de mundo, possibilitando por meio dela

desvendar como o imaginário da natureza é decodificado em valores simbólicos economicamente materializados, pois as práticas espaciais da humanidade não podem ser vistas como meramente racionais. Penetrar nas representações é compreender o espaço tanto através dos processos visíveis, quanto por meio dos aspectos míticos dos lugares, e a paisagem pode ser fundamental nesta conexão obrigatória entre pensamento e imagem (Maciel, 2002, p. 99).

Para tanto, o mesmo autor, apoiado em Iná de Castro, ressalta que antes de qualificar em separado um imaginário geográfico, o problema do complexo território-paisagem impõe a tarefa de interpretar a geografia contida no imaginário social (e expressa no próprio discurso geográfico) como um dos caminhos para compreender o papel que as representações do meio desempenham nas práticas espaciais e na organização do espaço (idem, 2002, p. 107).

O subjetivo e o objetivo da fertilidade da natureza: disputa por sentidos, rupturas e hibridismos em sistemas de práticas-saberes tradicionais e modernos

O conhecimento tradicional é definido por Diegues et al (1999) como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Nesta matriz cognitiva existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, nas sociedades tradicionais “não existe

uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o 'natural' e o 'social', mas sim um *continuum* entre ambos" (Diegues, 1999, p. 30).

Não obstante, na modernidade, com a disjunção do sujeito e da natureza, a partir da objetivação do mundo, há a separação (ou a purificação, como emprega Bruno Latour) dos três elementos, humanidade, coisas não-humanas, e deuses, sendo tratados como conjuntos desconexos.

Além da purificação, há outro tratamento cognitivo na configuração das práticas modernas: a tradução dos elementos uns pelos outros, o que caracteriza, conforme Latour (1994), as práticas científicas modernas como paradoxais, posto que por meio desta tradução há a proliferação dos híbridos, tão característica e praticada pelo pensamento pré-moderno.

Apresenta-se, então, uma tensão entre esquemas de pensamento, entre o moderno e o tradicional, e dentro do próprio pensamento moderno. Tais matrizes cognitivas, que definem ações distintas sobre a natureza, são carregadas de valores e imaginários, cujos significados são comunicados de distintas maneiras no espaço - enquanto discursos sociais - e expressas de variadas formas; a materialidade da paisagem.

Nesses termos, a ideia de fertilidade da natureza fundamenta-se em práticas e representações distintas sobre a dinâmica da natureza. Aplicada às leis da ecologia agrícola e da pesca, a ideia de fertilidade não passa de uma simplificada noção. Centrada no diagnóstico dos processos ecofisiológicos envolvidos na relação das plantas e peixes cultivados, na terra e no mar, o conceito científico clássico de fertilidade, nesse sentido, seria uma qualidade edafológica (qualidade da terra) ou limnológica possível de manter a partir de propriedades biogeocénóticas da produção de matéria vegetal e animal em níveis economicamente eficientes. Abstrai-se desta relação o fator humano, metamorfoseado em *inputs* tecnológicos e energéticos (ingresso de antibióticos, níveis adequados de oxigênio, trabalho, entre outros).

Verifica-se, contudo, que as particularidades socioambientais dos territórios tradicionais, particularmente das regiões onde as práticas produtivas modernas se fazem difíceis - tal como as regiões montanhosas, desérticas ou alagadas, nas pequenas faixas de praia, mangues e baías - conseguem impor limites às formas de racionalização do espaço, fazendo com que as práticas produtivas sejam ressignificadas, revalorizadas pelas comunidades de acordo com o as histórias co-evolutivas impressas em seus territórios, o que se traduz em termos de híbridos de práticas e concepções moderno-tradicionais.

Os discursos sobre os atributos reprodutivos da natureza, interpretados como visões e projetos de mundo - as territorialidades - materializam-se em tipos de paisagens puras e híbridas: desde os centros de poder do capital globalizam-se as paisagens da homogeneização, aquelas que simbolizam uma racionalidade econômico-instrumental *stritu senso* (ex. as

paisagens das monoculturas agrícolas, ou dos traços retos e uniformes e da velocidade nas cidades planejadas), onde prevalecem a uniformidade e a simplificação do pensamento e da natureza, cuja finalidade é a otimização da produção dos fluxos de energia, matéria e informação.

Na periferia, nos territórios relegados às margens do sistema-mundo, encontram-se as paisagens vernaculares, da diversidade socioambiental que, de uma maneira ou outra, buscam resistir à monocultura do pensamento tecnocientífico (fazendo referência à Vandana Shiva) - adaptando-se parcialmente à territorialização do mercado globalizado. Nestes termos, os territórios tradicionais apresentam paisagens com formas e conteúdos híbridos.

Ademais, os conhecimentos tradicionais (dos camponeses, indígenas, quilombolas, caiçaras, faxinalenses, entre outros) são orientados pela atividade prática no território que, conforme MACEDO (2010),

(...) vai modificando constantemente os lugares e seus significados, marcando e renomeando, acrescentando traços novos e distintos aos trajetos construídos e percorridos (as itinerâncias). Podemos, portanto, falar de uma territorialidade movente, cambiante (MACEDO, 2010, p. 37).

Uma **Territorialidade** vivenciada dinamicamente pela coletividade, envolve, conforme Correia (2002) a complexidade das relações entre Região e Política Cultural, da qual emerge o processo de apropriação regional, onde convergem práticas culturais diversas como celebração, memorialização e criação de símbolos identitários. Tal processo evidencia a referenciada relação entre ação e cognição sintetizados em sistemas classificatórios e saber-fazer vernaculares. Nas palavras do autor:

Cada divisão regional tem seu tempo, isto é, reflete as condições objetivas e subjetivas de sua construção, assim como as características da realidade espacial. (...) nomear a natureza e lugares é um exercício de autoridade e evidência de poder, sendo ainda instrumento de identidade de um grupo ou instituição e autenticação da apropriação territorial (...). [nesses termos], a toponímia não é um traço identitário, mas também um importante meio pelo qual se articulam linguagem, poder e território (Correia, 2002, p. 26 a 33)

De maneira análoga, Werther Holzer (2002) desenvolve argumentos para explicar a emergência do fenômeno paisagístico de uma região vivida (apropriando-se da expressão cunhada por Armand Frémont). No processo de configuração socioterritorial, o passado e o presente cotidiano misturam-se para materializar-se na paisagem vernacular que, por ser materialmente constituída por uma diversidade de artefatos, é o repositório de história e de memória.

Produto e produtora das territorialidades tradicionais, a paisagem

vernacular - tal qual é aquela do aldeamento salineiro do qual Holzer faz referência em suas reflexões – apresenta ordens objetivas e ideacionais de inteligibilidade. Nas palavras do autor

(...) a tessitura das relações sociais, econômicas e culturais, expressa padrões de ocupação e de cultivos, pela forma urbana [e rural] as tipologias habitacionais, pelas relações de vizinhança e de parentesco, pelas crenças e pelos mitos, refletindo uma paisagem cultural (Holzer, 2002, p. 160)

Essa definição de paisagem se aproxima daquela defendida por Augustin Berque que a concebe como uma entidade dialeticamente constituída por ‘marca’ e ‘matriz’. Enquanto marca, possui um sentido implicando toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais; estes processos participam dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, isto é, a paisagem enquanto ‘matriz’. Nesse sentido, nas palavras de Berque

(...) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe: a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz’ e, portanto, se transforma porque há sempre interferências. essa relação impregnada de sentido é a cultura (Berque, 2004, p.).

A cultura, interpretada pelo viés da política de natureza, não pode ser separada da idéia de território. Ora, é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e natureza. Nessa perspectiva, cabe introduzir na discussão outro conceito relevante para os estudos da relação sociedade-natureza, desde a perspectiva das subjetividades espaciais praticadas: os geossímbolos.

Termo cunhado pelo geógrafo francês tropicalista Joël Bonnemaison em complementaridade (e mesmo oposição) ao termo geoestrutura, os geossímbolos são entendidos como um conjunto de signos que estruturam a paisagem, dando um sentido ao território que, por meio de sua dimensão simbólica, confere-lhe uma territorialidade cultural. Nas palavras de Bonnemaison,

(...) o geossímbolo pode ser um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (Bonnemaison, 2002, p.99).

Desde a perspectiva da política da natureza, Pedro C. B. Silveira (2011) considera as expressões objetivas da paisagem para evidenciar a existência de um processo conflitivo pelo uso e apropriação do território

desencadeado pelos dispositivos de modernização do meio rural, conjuminando no fenômeno de separação da paisagem em espaços de produção e espaços de conservação. De acordo com o autor, tal fenômeno de separação (purificação, como diria Bruno Latour) evidencia um contexto de crise e degradação sócio-ecológica na região, a partir do qual emergem híbridos na paisagem que não atendem nem aos objetivos da produção nem aos da conservação.

Com base na análise fisionômica das formas paisagísticas do município de São Luiz de Paraitinga, região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, o referido autor constrói uma tipologia de usos da terra para o contexto sócio-espacial onde diferentes grupos de atores discorrem sobre uma mesma referência espacial, produzindo territórios da agricultura familiar, da mineração, das empresas de reflorestamentos e das políticas públicas ambientais (as unidades de conservação) em uma mesma região. As diferentes tipologias lhe ajudaram a mostrar que uma paisagem está sujeita a práticas de sentido de separação entre áreas do domínio da natureza e áreas de domínio da cultura, permitindo a proliferação de espaços e processos híbridos que escapam ao processo de purificação, própria da constituição moderna.

Em outro artigo, Nicolas Floriani (2007) também traz à tona a questão do projeto de modernização do mundo rural ao discutir os fundamentos teórico-metodológicos envolvidos nos esquemas de planejamento do espaço rural periurbano, tomando especificamente como exemplo o município de Rio Branco do Sul, região metropolitana de Curitiba.

Do estudo de caso, constatou-se a reconfiguração do espaço rural subordinada aos imperativos do dispositivo agrícola da modernização, isto é, subordinado ao conjunto de práticas, de enunciados científicos, e de instituições que tratam o rural como exclusivamente agrícola e como estoque de recursos naturais para a população urbana. O tratamento da natureza se inscreve, assim, no projeto moderno de separação radical, por meio dos esquemas oficiais de planejamento dos territórios, entre espaço de produção e espaço de proteção, participando da instauração da grande separação entre sociedade e natureza, tão típica da modernidade ocidental (Floriani, N., 2007).

Nos dois casos, é possível inferir que a produção de híbridos assumem uma conotação negativa. Não obstante, há também a produção de híbridos como resultado de racionalidades substantivas, decorrentes do processo de disputa pela apropriação do território (práticas produtivas e simbólicas alternativas), evidenciando os aspectos conflitivos da Política de Natureza.

Neste caso, os híbridos assumem conotação positiva, sendo internalizados e ressignificados pelos atores sociais; nesse processo um sentido não-moderno (contra-hegemônico) de relação sociedade-natureza aparece reestabelecendo os laços entre a humanidade e a não-humanidade, doravante separados na constituição do pensamento moderno. Esse processo

de ressignificação aparece em diversos contextos socioterritoriais rurais contemporâneos – em comunidades de pescadores artesanais, de agricultores familiares agroecológicos, de faxinalenses, de quilombolas, entre outros – onde a tradicionalidade é reivindicada como forma de resgate e reafirmação identitária frente ao projeto modernizador do mundo rural.

O estudo realizado por Nicolas Floriani e colaboradores (2010), no Faxinal Paranaense Taquari dos Ribeiros, no município de Rio Azul, Paraná, também evidenciou hibridismos derivados da separação entre humanos e não-humanos, assim como de hibridismos derivados da tessitura (junção) entre aqueles no meio rural. Rupturas/tessituras ocorrem na escala da paisagem do território agrícola do Faxinal captadas de acordo com as escalas e dimensões investigadas: do simbolismo das formas escritas na paisagem ao sentido das ações inscritas no sistema cognitivo.

Desde um olhar internalizado das práticas sociais foi possível evidenciar o fenômeno de transformação e metamorfose do saber-fazer de uma comunidade faxinalense frente às práticas produtivas e concepções modernas de fertilidade de natureza. Nas palavras dos autores:

(...) as práticas modernas de agricultura (representada pela territorialização da fumicultura industrializada) são ressignificadas pela comunidade faxinalense quando aspectos geocológicos locais condicionam as práticas modernas de cultivo sendo, portanto, adaptadas e incorporadas segundo o *habitus* da comunidade faxinalense. (...) Ora, evidencia-se assim um problema que revela uma dualidade entre ‘técnica’ e ‘prática’: contrariamente às técnicas, as práticas não podem ser operadas sem se levar em conta condições sociais e geocológicas onde são gestadas; tem como fundo a revalorização das práticas agrícolas no contexto em que são geradas, isto é, em um dado território. Atrás desta dualidade escondem-se entendimentos (cosmovisões) diferenciados sobre o funcionamento e as vocações produtivas de Natureza. Leva em conta os ideótipos agrícolas que, conforme Azevedo (2005), vinculam-se a modelos idealizados de agricultura, construídos a partir da cosmologia (o sistema de crenças, a rede simbólica) que cada grupo social possui sobre as capacidades produtivas da Natureza (Floriani, N. et al, 2010, p. 10).

Do estudo do Itinerário Agrícola praticado nas “Terras de Plantar” foi possível evidenciar a relação entre as etapas, as técnicas, os instrumentos e os recursos disponibilizados na produção do componente central do sistema de produção - a fumicultura intensiva hibridizada ao sistema tradicional de práticas faxinalenses:

O sistema produtivo centralizado no fumo como tal faz convergir grande parte dos recursos (humanos e naturais) no desenvolvimento da atividade moderna industrial: a sucessão das espécies cultivadas nas glebas ocorre de forma a privilegiar a completude do ciclo do fumo em maior área útil possível, reservando parcelas menores

arranjadas para o cultivo do milho no verão e aveia no inverno. Algumas variações desse subsistema produtivo ‘fumo-milho(feijão)-aveia’ praticado nas ‘Terras de Plantar’ marcam o esquema atual: 1. o cultivo consorciado de abóbora ou melancia com o milho; 2. a reserva de áreas para o manejo de espécies arbóreas nativas como a bracatinga ou exóticas como *pinus* e eucalipto; e 3. o cultivo de reduzidas parcelas com feijão e soja, consorciados ou não. Ora, é justamente nessa variação do sistema de cultivo hegemônico que reside a particularidade do sistema faxinalense do Taquari dos Ribeiros: mostra-se latente um sentimento de resistência da comunidade ao processo modernizador do seu território quando 43% dos agricultores da comunidade afirma dar continuidade à criação de pequenos animais e a extração de erva-mate no subsistema ‘Criadouro Comunitário’ (Floriani, N. et al, 2010, p.229).

Ademais, o sistema produtivo moderno está aderido paradoxalmente aos elementos diagnósticos da qualidade das terras, vinculados aos saberes agrícolas tradicionais, principalmente no que se refere à utilização e significação de porções da paisagem constituídas por elementos geobiocenóticos historicamente manejados com a agricultura tradicional:

(...) as ‘terras-pretas’, concebidas como ambientes férteis (solo sricos em matéria orgânica derivados da dinâmica de sedimentação alúvio-columial e do desenvolvimento de matas de galeria) propícios ao policultivo de gêneros alimentícios tradicionais, que caracterizam o sistema de produtivo da agricultura cabocla de subsistência ‘feijão(milho)-mandioca-bracatinga’ da região sul do Brasil (Floriani, N. et al, 2010, p.232).

Trata-se, portanto, do problema da construção social do conhecimento que emana de um processo de legitimação das práticas de apropriação e utilização da natureza: o conhecimento científico apoia-se na objetivação da noção de fertilidade (reprodutibilidade) dos elementos ecossistêmicos, base para a racionalização instrumental e econômica do espaço; ao passo que a noção de fertilidade para os agricultores alicerça-se numa base cognitiva que combina racionalidade e subjetividade para agir na (e com a) terra, isto é, fruto da própria história de vida familiar, e da coletividade local, construídas em interdependência com os ecossistemas, cuja dinâmica retro-alimenta (informa) o sistema cognitivo, direcionando e adaptando o sistema de práticas agrícolas.

Assim, as territorialidades tradicionais, nestes termos, estão aderidas às particularidades dos fenômenos geoecológicos locais e a história de vida familiar e à organização social comunitária. Essa relação de interdependência sociedade-natureza reflete a particularidade da relação de um grupo tradicional com o ambiente: a impossibilidade de mudar a ordem natural sem modificar a ordem social e vice-versa, o que obriga os pré-modernos, desde sempre, a ter uma grande prudência (Latour, 1994, p.46).

Portanto, a relação que uma comunidade possui com seu ambiente é a expressão histórica do saber prático implícita ou explicitamente codificada na paisagem:

(...) um código genético local, material e cognitivo; produto social da territorialização que se constitui em patrimônio territorial de cada lugar (...), en lo cual hay una co-evolución social y natural” (Magnaghi apud Saquet 2007, P.148).

Auto-eco-organização da complexidade socioterritorial: a dinâmica apropriação-reprodução da sociogeobiodiversidade em comunidades rurais

Segundo Enri Atlan (1992), a **auto-organização** pode ser entendida como o surgimento de uma organização estrutural que ocorre dentro de **sistemas dinâmicos dissipativos não-lineares**. Ela carrega consigo o princípio da complexidade a partir do ruído, defendendo que o processo auto-organizador cria o radicalmente novo, ampliando a capacidade do sistema interagir com os eventos que o perturbam, assimilando-os e modificando sua estrutura.

O paradigma da complexidade (Morin, 1983) fundamenta-se na idéia de sistema inserido na unidade no múltiplo, sintetizada no conceito de auto-eco-organização. Adota, para tanto, certos princípios lógicos articuladores entre si das dimensões física, biológica e antropológica: o dialógico, o autogerativo e o hologramático. Tais princípios permitem evidenciar as emergências do enraizamento da esfera antropológica na esfera biológica, e desta na matéria, expressando a necessidade de unir o objeto ao sujeito e ao ambiente, contemplando suas histórias co-evolutivas.

Nesses termos, a idéia de apropriação cultural, de acordo com Weber (1997), aparece revestida de um sentido inovador, capaz de integrar as práticas e o saberes de natureza de uma dada coletividade. Envolve, segundo Weber (1997), as seguintes dimensões em relação de interdependências:

i) o sistema de representações cognitivas dos atores sociais implicados; ii) os usos possíveis dos recursos naturais (...); iii) as modalidades de acesso e de controle do acesso aos recursos; iv) as modalidades de transferência de direitos de acesso (...); v) e finalmente, as modalidades de repartição ou partilha dos recursos, ou dos frutos de sua exploração (Weber, 1997, p.31)

Desde a perspectiva da teoria dos sistemas agrários, o conceito o sistema social produtivo é também visto como um conceito integrador entre ação e cognição, sendo definido como um sistema técnico, econômico e social composto de homens e mulheres (força de trabalho, conhecimento e savoir-faire), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de

matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) de que dispõe a população rural para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (Garcia Filho, 2004).

Tomadas as devidas precauções para não simplificar o sistema de práticas sociais à práticas exclusivamente econômicas, a aproximação entre a pesca artesanal e o enfoque sistêmico apresenta-se também profícuo à ação-imaginação espacial da reprodução da sociobiodiversidade.

Frizzo e Andrade (2004) propõem uma adequação conceitual e metodológica das teorias de evolução e diferenciação dos sistemas agrários, através do uso de conceitos como os *sistemas pesqueiros*, *sistemas de produção na pesca* e *sistemas técnicos de pesca*.

(...) a exemplo dos sistemas agrários, historicamente constituídos, os sistemas de produção na pesca evoluem e se diferenciam em função da dinâmica de mudanças sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais. Os sistemas pesqueiros apresentam, portanto, o conjunto de formas através das quais os pescadores (seja pesca artesanal ou industrial) realizam seu trabalho sobre o ambiente aquático em uma determinada região, bem como as relações que estabelecem entre si e para com as demais atividades que, direta ou indiretamente, influenciam estes espaços (Frizzo e Andrade, 2004, p. 08).

Em outros termos, o estudo dos sistemas de produção na pesca constituiria, segundo os referidos autores, uma unidade de análise adequada para compreender os diferentes tipos de pescadores, as relações entre eles e as mudanças produzidas dentro da pesca em relação às condições externas. Entretanto, ressaltam que há a necessidade de se estar atento para dois fatores cruciais no entendimento da complexidade da reprodução social desses sistemas:

i) o fato de a subjetividade dos atores jogar um papel decisivo sobre a forma como este sistema estará evoluindo, uma vez que conduz suas interpretações e decisões frente à realidade e, ii) o fato de a família constituir a unidade de análise e, portanto, os sistemas de produção na pesca passam a ser dinamizados pelas estratégias de reprodução implementadas pelo *sistema familiar*, à quais podem se somar outras que são buscadas fora da pesca, mesmo que tendo como objetivo “continuar enquanto uma família de pescadores” (Frizzo e Andrade, 2004, P. 10).

Além do conceito de sistema de produção, outro importante conceito ligado ao estudo da auto-eco-organização dos sistemas socioterritoriais é o conceito de Resiliência. Pelo viés ecológico, a resiliência de um ecossistema diz respeito a sua capacidade de tolerar distúrbios mantendo sua estrutura e

seus principais processos e funções; Desde a perspectiva antropossocial, a resiliência dos sistemas sociais diz respeito a sua capacidade adaptativa, isto é, à capacidade que um ecossistema socioecológico possui de aprender, organizar-se e adaptar-se frente a distúrbios sem perder sua estrutura e função. Assim, a resiliência sociocultural seria capaz de articular as esferas simbólicas, produtivas e políticas de natureza, articulando conhecimento ecológico local com as ciências (Seixas e Berkes, 2005).

De acordo com a teoria ecológica, entende-se que quanto mais diversidade (estrutural e organizacional) apresenta o sistema maior deverá ser a capacidade de resistir e adaptar-se às mudanças drásticas. Nesse sentido, Pieve e colaboradores (2009) identificaram níveis de adaptações ao contexto socioambiental dos pescadores artesanais na Lagoa Mirim - estado brasileiro Rio Grande do Sul ; os autores partem do princípio de que a dinâmica do conhecimento ecológico local dos pescadores é um dos fatores responsáveis pela resiliência das comunidades na medida em que influencia as formas de utilização de recursos naturais da Lagoa Mirim e por este influenciado conforme as mudanças socioambientais vão-se apresentando. Nas palavras dos autores:

Tal processo é evidenciado a partir da análise da relação entre os valores de uso das etnoespécies de peixes utilizadas atualmente e no passado, por exemplo, de peixes que tinham maior valor de uso no passado e deixam de ter importância no presente, como o linguado, bagre e dourado, os quais são peixes de valor comercial que não existem mais em abundância na Lagoa Mirim (...). Também cabe aqui ressaltar que o espinhel é uma prática que se mantém ao longo do tempo como uma estratégia de aumentar a produção (...). As formas de organização do trabalho também se seguiam uma série de estratégias que combina a dinâmica do ecossistema com a dinâmica do trabalho (...): no *inverno* com a água fria, o trabalho pode ser mais espaçado, pois a deterioração do pescado mesmo na rede é mais lenta. (Pieve, 2009, p194).

Assim, concluem os autores acima citados que as estratégias de trabalho associadas a dinâmica do ambiente mostram as relações entre conhecimento ecológico local e os aspectos culturais e econômicos que influenciam esta categoria de pescador, conferindo relações de trabalho diferentes, mas ainda flexíveis. Esses processos adaptativos, que são antecidos pela presença da informação e cultura permitem a resiliência das comunidades, ou seja, “*é no conhecimento ecológico dos pescadores que se encontra a possibilidade da permanência de ser pescador*” (PIEVE et al, 2009, P. 200).

No caso da formação socioespacial da região da Grande Ilha de Chiloé, no Sul do Chile, modernização da pesca artesanal gerou transformações nos saberes e práticas das comunidades: até 1980, o regime de livre acesso, concordante ao modelo neoliberal resultou na sobre-exploração de espécies gerando negativos impactos sociais, ecológicos e

econômicos; no decênio seguinte, o estabelecimento da Lei Geral de Pesca e Aqüicultura de 1992 e a implementação de Áreas de Manejo e Exploração de Recursos Bentônicos (AMERB) em 1995, acarretaram conflitos e reorientações nas práticas de deslocamentos no mar, uso de ferramentas e organização laboral dos pescadores artesanais.

Considerando o contexto socioeconômico desencadeado pelo processo de modernização da sociedade litorânea do sul do Chile, coube aos autores investigar os mecanismos de adaptação e reprodução sociocultural dos dois tipos de assentamentos, distintos em sua origem: a caleta de Guabún de agricultores-pescadores tradicionais e a caleta de Puñihuil de pescadores tecnificados vindos do norte do país há mais de 30 anos.

A comparação dos sistemas de práticas (ação-cognição) das duas caletas permitiu trazer à tona a questão dos graus de pertencimento, da identificação dos pescadores das duas comunidades em relação ao seu território e as possibilidades de reprodução de seu modo de vida

O apego de Guabún e desapego de Puñihuil têm um impacto no uso dos recursos (...). Demonstra-se que o apego territorial de Guabún gera uma apropriação diversa dos recursos. Em Puñihuil o desapego termina gerando uma falta de apropriação e utilização do entorno, o qual se reforça com uma lógica de busca e exploração do recurso com independência da conformação de um modo de vida litoral. Em Guabún o apego territorial produzido no tempo tem gerado uma diversidade de denominações sobre o espaço o que tem permitido a comunidade viver em um ambiente amplo e com suficiente biodiversidade; (...)

A partir dessa matriz socioproductiva espacialmente e temporalmente diversa que configura a territorialidade de Guabún surge então a possibilidade de se produzir estratégias de complementaridade, geradas desde as condições locais. Trata-se, pois, dos processos de aprendizagem e adaptação por parte dos pescadores e do sentido dado ao contexto social de defesa dos recursos do território que condicionam positivamente mudanças na cotidianidade, ao mesmo tempo em que possibilita processos de diferenciação territorial conforme suas peculiaridades geográficas.

Trata-se de um sistema complexo adaptado à geografia e orientado naturalmente para uma incipiente administração local dos recursos. Estas características são potencialidades para o manejo local (...). Com base nelas o pescador de Guabún tem escolhido uma forma de administrar os recursos que implica em não abrir completamente a caleta ao mercado e manter a territorialidade a favor da comunidade (...). O [território] da AMERB se conecta com o mercado internacional, enquanto que as outras praias se conectam com o mercado local e com economia familiar sem predominar um sobre os demais (Cortes e Rios, 2011, p. 600 e 601)

Nesses termos, destaca-se que no processo de modernização e integração ao mercado mundial existe um processo de resgate e ressignificação do imaginário de natureza: a natureza – *“imaginada como matérias-primas desvalorizadas que alimentam a acumulação do Capital em escala mundial fundada na troca desigual de bens primários contra mercadorias tecnológicas”* – é ressignificada nos territórios tradicionais e alternativos enquanto *“fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos”* (Leff, 2000, p. 95-96).

Com relação aos processos de (re)territorialização do Capital sobre outros territórios (tradicionais e alternativos), Rogério Haesbaert (2010) evidencia um mito subjacente à visão antropocêntrica do mundo - que dicotomiza as categorias sociedade e natureza, global e local, tempo e espaço, material e simbólico

(...) o mito da des-territorialização [concebido como um] processo exclusivamente humano, como se a materialidade do espaço pudesse prescindir ou abstrair as bases ‘naturais’ sobre as quais foi concebida (...) [sendo] necessário desenvolver um sentido relacional do mundo que integre essas esferas e reconheça a própria imanência do território à existência humana (...) (Haesbaert, 2010, p.368).

Nesse sentido, Enrique Leff (2000) afirma que as formas de dominação do Capital dependem das condições de reprodução dos diferentes ecossistemas e formações culturais

(...) mesmo quando o modo de produção capitalista sobredetermina a transformação dos ecossistemas, as estruturas ecológicas e culturais estabelecem as condições de resiliência para as formas concretas de exploração da Natureza e, conseqüentemente, a capacidade de sustentação, reprodução e de desenvolvimento de uma formação social num determinado meio geográfico (Leff, 2000, p. 101).

Ora, tais especificidades incluem, assim, as possibilidades de diferentes graus de adaptação e metamorfoses dos saberes e práticas produtivas locais frente ao processo modernizador dos territórios. A reprodução de territorialidades contra-hegemônicas ancora-se em imaginários de natureza distintos (e metamorfoseados) daqueles praticados pelo Capital: a fertilidade imaginada nos territórios da agricultura e pesca tradicional, assim como nos territórios alternativos (da agricultura de base ecológica) subsume, portanto, a reprodutibilidade da sociobiodiversidade do sistema produtivo *lato sensu*, cuja expressão geossimbólica materializa-se de forma híbrida no complexo família-paisagem-território, em função dos condicionantes geocológicos locais, dos valores tradicionais, e das estratégias de adaptação aos projetos de territorialização do capital sobre seus territórios.

Referências

- Bonnemaison, J. (2002), “Viagem em torno do território”. In: Correa, R.L.; Rosenthal, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século*. EDUERJ, v.3, p. 83-132, Rio de Janeiro.
- Diegues, A. C.; Arruda, R.S.V.; Silva, V.C.F.; Figols, F.A.B., *Biodiversidade no Brasil*. NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000, 211p., São Paulo.
- Floriani, D.; Lima, J.E.S.; Nunes Ferreira, J.J.; Sousa, M.S.L. (2010), “Para pensar a ‘subjatividade’ no debate do sócio-ambientalismo”. *Polis*, v. 9, p. 1-19, Santiago, Chile.
- Floriani, D. (2010), “Obstáculos e potencialidades para a construção de uma sociedade sustentável na perspectiva da educação e das práticas socioambientais”. In: Guerra, A.F.S.; Figueiredo, M.L. (Org.). *As Sustentabilidades em Diálogos*. 1a.ed., Univali, v. , p. 87-103, Itajaí.
- Ídem (2010), “Sinalizando territórios: até que ponto a noção de ciência se aplica às teorias sociais contemporâneas?”. In: Fioravante, K.E.; Pereira, R.; Rogalski, S.R. (Org.). *Geografia e Epistemologia: ciência viva e dinâmica aberta e plural*. UEPG, 1a.ed., v. 1, p. 45-57, Ponta Grossa.
- Floriani, N.; Carvalho, S.M.; Floriani, D.; Silva, A.I.P.; Strachulki, J. (2011), *Modelos híbridos de agricultura em um faxinal paranaense: confluência de imaginários e de saberes sobre paisagens*. Geografia (Rio Claro. Impresso), v. 36, p. 221-236.
- Floriani, N.O. (2008), *Planejamento do espaço rural periurbano: da abordagem funcional do território às territorialidades da autonomia. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 16, jul. 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/11904>. Acesso em: 11 Dez, 2012, Curitiba.
- Garcia Filho, D. P. (1999), *Análise e diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico*. INCRA/FAO, 65 p.
- Haesbaert, R. (2010), *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, 5ª ed., Rio de Janeiro.
- Latour, B. (2009), *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 2ª ed., Rio de Janeiro.
- Leff, E. (2000), *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Silva, J.E., Editora da FURB, 381p., Blumenau.
- Macedo, R. S. (2010), *Etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação*. 2 ed., Ed. Liber Livro, Brasília, DF.

Maciel, C. A. A. (2002), "Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnosiológica". *GEOgraphia*, v. Ano 3, n.Nº6, p. 99-117, Niterói.

Massey, Doreen (2008), *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil, 312p., Rio de Janeiro.

McDowell, L. (1996), "A transformação da geografia cultural". In: Smith, G.; Gregory, D.; Martin, R.; Isaack, M., *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Ed. Jorge Zahar, p159-188, Rio de Janeiro.

Pinto, J. B.; Arrazola, L.D. (2005), "Conceito de prática social e sua análise". In: Coelho, F.M.G., *A Arte das Orientações Técnicas no Campo*. Ed. UFV, 135p., Viçosa.

Gajaardo Cortes, Claudio y Ther Rios, Francisco (2011), *Saberes y prácticas pesquero-artesanales: cotidianidades y desarrollo en las caletas de Guabún y Puñihuil, Isla de Chiloé. Chungará (Arica)* [online], vol.43, n.especial, pp. 589-605. ISSN 0717-7356. doi: 10.4067/S0717-73562011000300014.

Santos, M. (2006), *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, 4. ed. Edusp, 384 p., São Paulo.

Santos, M. (2008), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, 15ª ed., Rio de Janeiro.

Saquet, M.A. (2007), *Abordagens e concepções de território*. Expressão Popular, 1ª Ed., 200 p., São Paulo.

* * *

Recibido: 11.12.2012

Aceptado: 0703.2013